

PC do B quer cassar todos que faltarem

Os parlamentares que faltarem a mais de oito sessões por mês, sem motivo justificado, terão seus mandatos cassados. Esta ainda é apenas uma proposta, apresentada como emenda de plenário pelo PC do B, mas se aplicada hoje reduziria grande parte da Assembleia Nacional Constituinte. O quorum médio de 20 constituintes em plenário, nas sessões ordinárias que se realizam de terça a sexta e nas extraordinárias diurnas de segunda, sábado e domingo, para discussão do projeto de Constituição, tem preocupado os mais assíduos. A plenária de ontem não fugiu à regra e o deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ), ao ocupar a tribuna, abordou o enfraquecimento da imagem do Congresso pela ausência constante dos parlamentares.

"O partido entende que a atividade parlamentar não se restringe à atuação em plenário", ressaltou, "mas isto também faz parte de suas atribuições". Criticou as articulações dos grupos e blocos que se debatem buscando consenso em torno dos temas mais polêmicos e afirmou que só admite consenso se for para responder aos anseios da sociedade. "O contrário", enfatizou, "não é consenso, é cambalacho".

Entre as emendas que o PC do B encaminhou à Comissão de Sistematização, Edmilson Valentim ressaltou a que pede representação operária e camponesa no Congresso Nacional. A formação desta "bancada apartidária e classista" se fará com um operário e um camponês de cada Estado e será uma forma, segundo ele, de contrabalançar a participação popular junto a outros grupos. "Hoje temos somente sete operários na Constituinte", lembrou. "Isto representa pouco mais de 1 por cento da Assembleia".

Sessão de ontem (de novo) vazia

A sessão da Assembleia Nacional Constituinte de ontem não contou nem mesmo com um público permanente nas galerias. Poucas pessoas foram até lá, mais para uma rápida "visita" que para assistir ao debate do projeto de Constituição. Em plenário, o quorum médio foi de 10 parlamentares, a maioria constituído por oradores que ocuparam a tribuna. A sessão começou com o pronunciamento do deputado Amaury Muller (PDT-RS), sobre a notícia de que o "cafézinho da Câmara" seria fechado. Outro gaúcho do mesmo partido, Adroaldo Streck, logo depois ocupava o microfone para falar da visita da Xuxa ao presidente Sarney e alertar para a necessidade de um controle da sociedade sobre a concessão de canais de televisão.

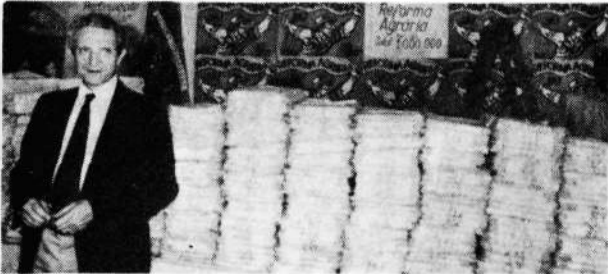
Amaury Muller ocupou novamente a tribuna, no horário destinado às comunicações de lideranças, para apresentar dados estatísticos sobre a elevação do custo de vida em Brasília (hoje em terceiro lugar no País, só abaixo de Belo Horizonte e Porto Alegre). O percentual de 10,1 por cento declarado por ele representa três vezes mais que os índices anunciados pelo Governo. Segundo informações da Codeplan, apresentadas pelo deputado pedetista, nos primeiros 45 dias do Plano Bresser o trabalhador brasileiro perdeu 30 por cento do seu poder aquisitivo.

Pronunciamento anterior do deputado Doretto Campanari (PMDB-SP), abordou a campanha nacional de vacinação contra a pólio e condenou a necessidade de importação de vacinas.

Baiano fez o trabalho sozinho

Ele conseguiu 30 mil assinaturas para emenda do cidadão

Fotos: EUGENIO NOVAES



Mais de um milhão querem a reforma agrária ...



... as mulheres pediram a Cabral o aborto ...



... também os deficientes entregaram proposta...



... a reforma urbana foi outra preocupação ...



... como a das crianças, que emocionou o País

ANTONIO SAMPAIO
Correspondente

Salvador — O trabalho do baiano Antônio Figueira Fortuna, que conseguiu levantar 30 mil assinaturas para uma emenda popular visando a criação de delegacias de Defesa dos Direitos do Cidadão em todas as cidades do País, não foi em vão. Depois de ver sua proposta rejeitada pela Comissão de Sistematização, que descobriu algumas irregularidades, Fortuna conseguiu que o deputado Manoel Castro (PFL-BA) subscrevesse a emenda e já faz planos para o futuro: Sairá candidato a vereador em 88 pelo PFL, com o respaldo de dezenas de cabos eleitorais que conquistou depois de sua iniciativa.

Proprietário de uma pequena fábrica de calçados no Bairro do Jardim Cruzeiro, que foi transformada no comitê para levantar assinaturas à sua emenda, Antônio Figueira Fortuna, 35 anos, conseguiu a colação de 20 pessoas, que visitam fábricas, escolas e pontos de ônibus. Não pediu ajuda de nenhum político, por achar que os políticos só defendem "interesses pessoais", mas acabou apelando para o deputado Manoel Castro.

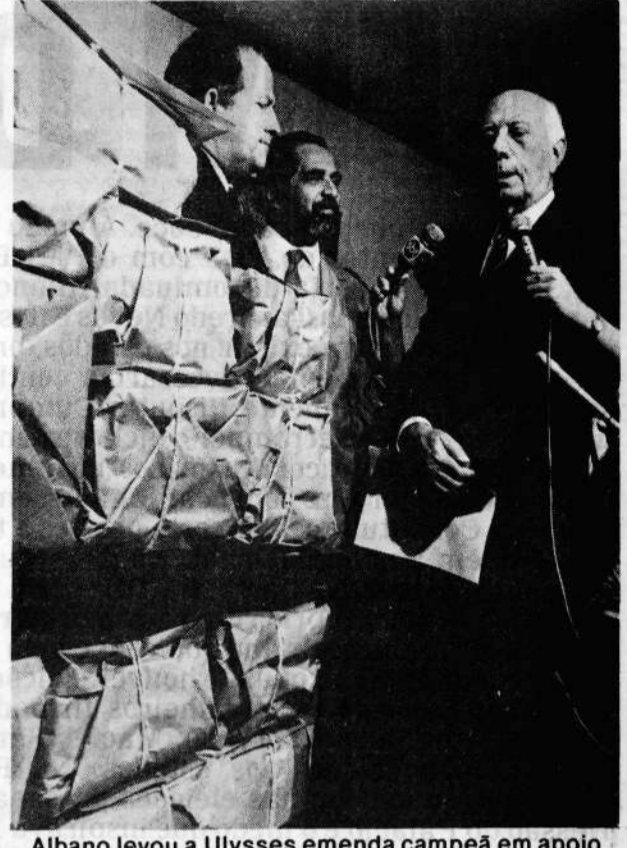
O principal erro de Fortuna ao apresentar a emenda em seu próprio nome foi não ter cumprido um dos preceitos regimentais, pelo qual só são aceitas as emendas encampadas por um mínimo de três entidades legalmente registradas. Nas folhas de assinaturas não constavam também o endereço e os dados do titular de eleitor das pessoas. Fortuna se justificou: — Na época (mês de maio) circulou a notícia de que o prazo para entrega de emenda encerraria dia 7 de maio. Então apressei as coisas e dei entrada no dia 5 de maio. Pensei que estivesse tudo normal até que fiquei sabendo dos erros que cometi. Mesmo assim, o Congresso aceitou a emenda, mas o presidente da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), barrou a proposta.

Fortuna diz que ficou apreensivo, mas não frustrado, porque tinha certeza que algum deputado poderia, mais tarde, subscrever a emenda. Agora, o que ele quer mesmo é ver a emenda aprovada. "As delegacias vão defender os direitos mais elementares das pessoas, de forma a garantir-lhes o pleno exercício da cidadania. Os direitos existem, mas o povo desconhece. Todo cidadão pode, por exemplo, prender outro mas poucos sabem disso" — explica.

Além das delegacias, a emenda propõe a criação de "oficinas de lazer para idosos" em cada distrito do Brasil. "Seria um lugar para o velho trabalhar e se distrair ao mesmo tempo. As pessoas idosas não podem passar na porta de um abrigo, porque alguém poderá jogá-los lá dentro. As oficinas não teriam o caráter discriminatório dos asilos. Nelas os velhos poderiam passar o dia trabalhando, batendo papo e dormindo, se preferissem, retornariam às suas casas à noite. Tudo que ferisse os direitos dos velhos seria proibido".

Ao lado de tudo isso, Fortuna gaba-se de ter ficado famoso depois de sua iniciativa. Nas ruas do bairro do Jardim Cruzeiro, de classe média baixa, já é conhecida pelas pessoas, que solicitam sua ajuda quando querem fazer alguma reivindicação, como melhoria de ruas, policiamento, água, etc. Tudo por conta das entrevistas que deu aos jornais, emissoras de TV e revistas. Apesar das restrições que faz à classe política, não nega sua pretensão de candidatar-se a vereador em 88, pelo PFL, um partido sem expressão eleitoral em Salvador.

EUGENIO NOVAES



Albano levou a Ulysses emenda campeã em apoio

Senai tem apoio de 1,5 milhão

LAURENICE NOLETO
Da Editoria de Política

Com o apoio de 1.617.756 eleitores, o tema campeão das emendas populares entregues à Assembleia Nacional Constituinte, na coleta de assinaturas, é o que defende a preservação das entidades sociais e de formação profissional mantidas pelos empresários da indústria e do comércio: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Social da Indústria (Sesi).

A mobilização envolveu não apenas as entidades patronais, mas também as associações de servidores ligados aos dois setores, preocupados com a possibilidade de estatização dos órgãos, conforme consta do projeto de Constituição elaborado pelo deputado Bernardo Cabral.

O segundo lugar ficou com a questão da Reforma Agrária, que através de seis emendas reuniu 1.616.466 apoiadores. No total, em dois dias, a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte recebeu 122 emendas, com a opinião de 11.243.165 eleitores brasileiros — cerca de 9% da população do País. Com relação à Reforma Agrária, as duas maiores forças vieram das duas centrais sindicais (CUT e CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Associação Brasileira pela Reforma Agrária e Comissão Pastoral da Terra, instituição religiosa ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB), que coletaram 1.164.023 assinaturas.

Pelo volume de assinaturas, ficaram em terceiro lugar as emendas relacionadas aos direitos dos trabalhadores, com 1.421.989 eleitores.

Mas considerando-se o número de emendas sobre um mesmo assunto, os direitos dos trabalhadores ocupam o primeiro lugar na preocupação do eleitorado brasileiro. Foram apresentadas 18 emendas dentro desse tema, variando desde a defesa da estabilidade no emprego, jornada de 40 horas semanais, aposentadorias das donas de casa, participação nos lucros das empresas, aposentados e até mesmo a contraproposta dos empresários, pela não estabilidade no emprego e manutenção do regime de 48 horas semanais.

Os direitos das crianças e dos adolescentes também conseguiram mobilizar a opinião pública brasileira. Através de seis emendas entregues aos constituintes, 1.404.259 pessoas (incluindo um abaixo-assinado com 1.200 mil assinaturas que não pode ser aceito como emenda por que não trazia o número dos títulos eleitorais) pedem que a futura Constituição defina à sociedade e ao Estado a competência de assegurar à criança e ao adolescente, além da observância dos direitos e garantias individuais da pessoa humana em geral, também os direitos à vida, moradia, saúde, lazer, cultura, educação, à dignidade, ao respeito e à liberdade. O tema ocupou o quarto lugar na lista das assinaturas.

Muitas entidades não chegam lá

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

Trinta e oito das 122 emendas populares encaminhadas à Constituinte não atendiam as exigências regimentais — a grande maioria por não atingir o número mínimo de 30 mil assinaturas — e foram indeferidas. Seu destino, contudo, não deverá ser a lata de lixo, bastando, para isso, que três dezenas de cidadãos muito especiais — com assento na Assembleia Nacional — somem-se a seus quase dois milhões de signatários.

Com esse "apadrinhamento", as emendas perderiam a característica de populares mas passariam a valer. Uma delas, com 1.200.000 assinaturas, sobre os direitos das crianças, já tem padrinhos: Nilson Gibson (PMDB/PE). Ela estava na lista de indeferidas porque muitos de seus signatários não podiam fornecer os dados do Título de Eleitor simplesmente por não serem eleitores: eram menores de

idade. E o problema do título barrou também a segunda recordista em assinaturas das emendas rejeitadas, a da Igreja Seicho-no-îê.

DERROTADAS

A emenda vice-campeã das derrotadas com 36.054 signatários, parecia, contudo, com menos sorte que a das crianças, pois até o início da noite de sexta-feira nenhum constituinte havia se aventurado a apoiá-la. Os adeptos da filosofia Seicho-no-îê, Igreja que defende a unificação das religiões, pretendiam — ou pretendem — derrubar o aborto. Sua emenda "proclama a inviolabilidade da vida desde o primeiro instante da concepção no seio materno até a reposição final no seu leito de morte", o que termina por torná-la contra também a eutanásia.

Ao invés dos dados do Título de Eleitor, a Igreja Seicho-no-îê colheu infor-

mações das Cartelas de Identidades dos signatários de suas emendas. A ausência do endereço dos cidadãos que as apoiavam também prejudicou emendas com quorum para serem aceitas como populares. Com mais sorte, contudo, elas já haviam sido encampadas por constituintes: a de número 2, com 30 mil signatários, contra a censura, estava assinada pelo deputado José Genoino (PT/SP); a 3, também com 30 mil, sobre os direitos do cidadão, por Manoel Castro (PFL/BA) e a 6, com 32.406, sobre direitos humanos, por Aluizio Campos (PMDB/CE).

Sem as 30 mil assinaturas necessárias e ainda sem "padrinhos", estavam as emendas 92 (propõem a criação de um Conselho Comunitário de Saúde, que contava com apenas 1.546 signatários), 112 (que obriga os poderes públicos a garantirem métodos alternativos de terapia à população).